Processo TC 008.453/2015-2 (com 861 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada conforme a determinação contida no item 9.6.1.6 do Acórdão 640/2015-P (peça 334), alterado pelo Acórdão 1182/2015-Plenário (peça 341), em desfavor de oficiais militares, de sociedades empresariais e de seus respectivos sócios, por conta de irregularidades na execução do Convênio DNIT PP/190/2003, verificadas no âmbito do TC 022.244/2010-7.

A instrução da SecexDefesa, visando obter o respectivo ressarcimento, apurou as responsabilidades pela ocorrência de dano à administração pública federal na execução do referido convênio, com o levantamento de fatos, quantificação do dano e a identificação dos responsáveis, após a citação dos responsáveis, definida nos subitens 9.6.1.6.1 e 9.6.1.6.2 do Acórdão 1182/2015-Plenário, realizada conforme trecho abaixo transcrito:

“9.6.1.6.1. citação dos responsáveis pelo débito de R\$ 1.788.700,04 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, setecentos reais e quatro centavos) os quais devem incluir os responsáveis descritos nas peças 300, 301, 302, 303 e 304, com a expressa inclusão solidária do Sr. Washington Luiz de Paula em relação a todos os débitos, dos Ordenadores de Despesa e dos membros da Comissão Especial de Licitação;

9.6.1.6.2. citação dos responsáveis pelo débito de R\$ 1.576.810,99 (um milhão, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e dez reais e noventa e nove centavos), nos moldes delineados na instrução constante da peça 356 (subitem 53.13), a qual deverá incluir necessariamente, no polo passivo, o(s) responsável(eis) pela(s) homologação(ões) da(s) dispensa(s) de licitação na contratação da Fundação Ricardo Franco, com a exclusão de eventuais membros da Equipe de Apoio das respectivas Comissões de Licitação e do Sr. Enzo Martins Peri;”

As citações realizadas pela SecexDefesa foram válidas e, em resposta, vieram aos autos as alegações de defesa dos responsáveis diretos, excetuando-se os casos de revelia nos quais foi possível o aproveitamento da defesa apresentada por outros responsáveis solidários (peça 856, parágrafos 6-9).

II

Os procedimentos de auditoria tiveram início após diversas denúncias envolvendo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Instituto Militar de Engenharia (IME), cujos relatos motivaram a instauração de um inquérito policial militar (instaurado por meio da Portaria 025/DCT, de 13/5/2010, cuja conclusão encontra-se à peça 29, p. 2-42); em uma primeira tomada de contas especial, instaurada pela 1ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (1ª ICFEx), analisada nesta Corte no processo TC 005.782/2015-5, bem como em uma auditoria de conformidade no IME, realizada pelo TCU (autos do TC 022.244/2010-7).

De acordo com tais denúncias, veiculadas na imprensa e noticiadas a este Tribunal, militares do Instituto Militar de Engenharia (IME), em conluio com diversas sociedades empresariais, teriam cometido fraudes e desvios de recursos públicos oriundos de convênios firmados entre essa Organização Militar e o DNIT.

A presente TCE recebeu as peças iniciais da referida auditoria de conformidade (TC 022.244/2010-7) e tratou especificamente do Convênio DNIT PP/190/2003, cujo objeto foi a realização de atividades de assessoria técnica, atualização e correção dos estudos de viabilidade econômico-financeiros relativos a trechos de sete lotes de rodovias federais, produtos esses pactuados no âmbito dos Convites 47 a 50, 54 a 66, 68, 70 a 73 e 75 a 78/2004. As análises empreendidas pela SecexDefesa permitiram apurar a ocorrência de dano à administração pública federal - com levantamento de fatos, quantificação do dano e identificação dos responsáveis.

Conforme destaca a instrução (peça 856, p. 4, parágrafo 10), o ponto central das irregularidades aduzidas no relatório de auditoria do TC 022.244/2010-7 (peça 10, p. 7-50; peça 11; e peça 12, p. 1-25) disseram respeito à inexecução dos objetos contratados no âmbito dos referidos convites.

A unidade técnica esclareceu também, para fins de contextualização das irregularidades perpetradas no âmbito do Convênio DNIT PP/190/2003, sobre a existência de diversos processos no TCU para a apuração de outros indícios de irregularidades nas contratações realizadas no âmbito do IME, além do já referido processo TC 005.782/2015-5. São elas:

- a) TC 008.431/2015-9 - trata de irregularidades na gestão 2008 a 2010 do IME e do DEC (item 9.6.1.1 do Acórdão 640/2015-TCU-Plenário);
- b) TC 008.442/2015-0 - trata de irregularidades relativas ao Convênio PG-248/2000-DNER (item 9.6.1.2 do Acórdão 640/2015-TCU-Plenário);
- c) TC 011.164/2015-8 - trata de irregularidades relativas ao Convênio PG-001/2002-DNER (item 9.6.1.3 do Acórdão 640/2015-TCU-Plenário);
- d) TC 008.449/2015-5 - trata de irregularidades relativas ao Convênio DNIT PP/169/2003 (item 9.6.1.4 do Acórdão 640/2015-TCU-Plenário);
- e) TC 008.450/2015-3 - trata de irregularidades relativas ao Convênio DNIT PP/207/2004 (item 9.6.1.5 do Acórdão 640/2015-TCU-Plenário);
- f) TC 008.453/2015-2 - trata de irregularidades relativas ao Convênio DNIT PP/190/2003 (item 9.6.1.6 do Acórdão 640/2015-TCU-Plenário);
- g) TC 008.457/2015-8 - trata de irregularidades relativas ao Convênio DNIT PP/211/2004 (item 9.6.1.7 do Acórdão 640/2015-TCU-Plenário).

A análise empreendida pela SecexDefesa, com a qual o MP de Contas manifesta integral anuência, foi conclusiva em relação à caracterização do débito, essencialmente em virtude de pagamentos por serviços não executados. O dano ao erário restou devidamente quantificado e os argumentos de defesa trazidos pelos responsáveis arrolados não sanaram as irregularidades a eles atribuídas, exceto em relação às pessoas que, tão somente, foram vítimas do esquema de fraude perpetrado ou não tiveram participação nesse desígnio.

A proposta de encaminhamento da unidade técnica manteve-se adstrita à busca de reparação do prejuízo causado, sem propositura de multas, pois as citações dos responsáveis efetivaram-se após decorridos mais de dez anos dos fatos que deram prejuízos ao erário. Tal entendimento está em consonância com o disposto no Acórdão 1441/2016-TCU-Plenário, segundo o qual as sanções previstas

na Lei 8.443/1992, como multa, subordinam-se ao prazo prescricional de dez anos disposto no art. 205 do Código Civil, diferentemente do débito, pois este não se sujeita à prescrição, conforme disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, na Súmula TCU 282 e em reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como o Mandado de Segurança 26210/DF.

A instrução da SecexDefesa avaliou a imputação do débito para cada responsável, com a descrição das irregularidades, avaliação da defesa e indicação donexo causal entre a ação ou omissão do agente. Foram avaliados, conjuntamente, os demais documentos e evidências constantes nos autos, especialmente o processo judicial 196-80.2010.7.01.0201 (volume principal às peças 573 a 697).

Responsabilizados

Após minudente análise das alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, a unidade técnica propõe a condenação em débito e julgamento pela irregularidade das contas dos seguintes responsáveis (peça 856):

a. Sr. Claudio Vinicius Costa Rodrigues, CPF 808.820.997-87, Ordenador de Despesas do IME

O responsável homologou diversos procedimentos licitatórios fracionados e fraudados, bem como ordenou pagamentos, antes da efetiva entrega dos objetos contratados.

b. Sr. Edson Lousa Filho, CPF 390.008.777-68, empresário

O responsável foi considerado revel e, com base nos elementos dos autos, a ele imputa-se responsabilidade por ter utilizado o instituto da personalidade jurídica para fins inidôneos, enriquecendo ilícitamente, indiretamente via participação societária, por meio do recebimento indevido de recursos públicos.

c. Sr. Marcelo Cavaleiro, CPF 009.050.477-10, empresário

O responsável foi considerado revel e, com base nos elementos dos autos, é responsabilizado por ter utilizado o instituto da personalidade jurídica para fins inidôneos, enriquecendo ilícitamente, indiretamente via participação societária, por meio do recebimento indevido de recursos públicos.

d. Sr. Marcio Vancler Augusto Geraldo, CPF 020.896.637-40, Membro da Comissão Permanente de Licitação e Encarregado do Setor de Material

O responsável foi considerado revel e, com base nos elementos dos autos, a proposta de responsabilização desse gestor baseia-se no fato de ele ter atestado notas fiscais declarando indevidamente que os serviços foram executados, além de ter conduzido os processos licitatórios fraudulentos, pois era ele o único integrante da Comissão Permanente de Licitação (CPL) habilitado tecnicamente para desempenhar as funções típicas desse colegiado.

e. Sra. Marivone Oliveira dos Santos, CPF 032.786.387-00, empresária

A responsável foi considerada revel e, com base nos elementos dos autos, foi responsabilizada por ter utilizado o instituto da personalidade jurídica para fins inidôneos, enriquecendo ilícitamente, indiretamente via participação societária, por meio do recebimento indevido de recursos públicos, por ter potencial consciência das ilicitudes perpetradas e delas ter se beneficiado, haja vista pertencer ao mesmo grupo familiar que fraudou as licitações e ter sido sócia da empresa RGBM ao lado de sua nora, Sra. Mônica Ferreira Marques, que era esposa do Sr. Marcelo Cavaleiro.

f. Sra. Mônica Ferreira Marques, CPF 021.427.047-51, empresária

A responsável foi considerada revel e, com base nos elementos dos autos, foi responsabilizada na instrução por ter utilizado o instituto da personalidade jurídica para fins inidôneos, enriquecendo

ilicitamente, indiretamente via participação societária, por meio do recebimento indevido de recursos públicos, por ter potencial consciência das ilicitudes perpetradas e delas ter se beneficiado, haja vista pertence ao mesmo grupo familiar que fraudou as licitações, pois foi sócia da empresa RGBM ao lado de sua sogra, Sra. Marivone Oliveira dos Santos, que era mãe do Sr. Marcelo Cavalheiro.

g. Sr. Paulo Roberto Dias Morales, CPF 318.613.187-15, Coordenador Geral dos convênios DNIT-IME

Responsabilizado por ter ordenado à Fundação Ricardo Franco (FRF) a realização de serviços não previstos no instrumento firmado entre as partes e ter recebido os produtos entregues sem amparo contratual, deixando de exigir o que havia sido formalmente previsto.

h. Sr. Washington Luiz de Paula, CPF 005.627.127-12, Coordenador Administrativo dos convênios DNIT-IME

Responsabilizado na proposta da unidade técnica por ter servido de elo entre a área administrativa dos convênios DNIT/IME e as empresas fraudulentas. Verificou-se que este responsável possuía ligações familiares e profissionais, direta ou indiretamente, com todos os sócios das empresas fraudulentas.

i. Fundação Ricardo Franco, CNPJ 02.519.717/0001-70

Responsabilizada na análise da unidade técnica por ter recebido indevidamente pagamentos, no âmbito do Contrato 4/2003, por serviços não previstos no instrumento firmado entre as partes, deixando de apresentar os produtos avençados.

Não responsabilizados

As pessoas cuja conduta levaram à proposta de julgamento pela regularidade das contas foram as seguintes:

a. Sra. Adriana Castro Campos (CPF 010.330.577-70)

Conforme apurado pela unidade técnica no âmbito da TCE, esta senhora figurou como sócia da empresa 1214 GNBR entre 5/5/2005 e 7/12/2007, ou seja, posteriormente à data em que houve o pagamento irregular a ela atribuído. Desse modo, a unidade técnica propõe o acatamento de suas alegações de defesa.

b. Sr. Alfredo Balbino (CPF 501.312.737-87), sócio de empresas

O responsável foi considerado revel, mas os elementos nos autos levaram à unidade técnica elidir sua responsabilidade. Conforme verificado nos depoimentos prestados por este responsável no âmbito do Inquérito Policial Militar (IPM - peça 19, p. 14-16) e à Justiça Militar (peça 663, p. 11-12), o responsável não tinha conhecimento das irregularidades, nunca trabalhou nas empresas fraudulentas e não recebeu recursos delas, e seu único ato foi ter assinado papéis em confiança e a pedido do Sr. Justiniano Carneiro Martins, que era seu cunhado.

Declarou, ainda, nos depoimentos, não reconhecer as assinaturas constantes nos documentos que integram os processos licitatórios, que ele desconhece todos os militares envolvidos nas fraudes, e que ele nunca esteve no IME e nem mesmo sabe onde fica, que trabalhava como rodoviário/cobrador mas que, à época da inquirição no IPM, estava desempregado e que possui o ensino médio.

A unidade instrutiva, diante da apuração dos dados levantados nos autos, considerou que o responsável não agiu de má fé e que foi usado como "laranja" para a abertura das firmas, razão pela qual não lhe deve ser imputado débito.

c. Antonio Carlos Oliveira do Nascimento (CPF 330.191.697-04), sócio de empresas

Este arrolado também não apresentou alegações de defesa, mas os elementos nos autos levaram à unidade técnica elidir sua responsabilidade. Conforme seus depoimentos prestados no âmbito do IPM (peça 22, p. 29-32) e à Justiça Militar (peça 657, p. 32-34) registram que ele não tinha conhecimento das irregularidades e não sabia que fazia parte do quadro societário das empresas fraudulentas, pois apenas trabalhava nelas como motorista e ajudava a carregar material de construção, aduzindo que somente assinou papéis em confiança e a pedido do Sr. Marcelo Cavalheiro, que é seu primo, imaginando se tratar que eram documentos necessários para a obtenção de um empréstimo.

Em tais depoimentos, ele alega não reconhecer as assinaturas constantes nos documentos que integram os processos licitatórios, que desconhece todos os militares envolvidos nas fraudes, que, à época da inquirição no IPM, estava desempregado e aguardando sua aposentadoria e que possui o ensino fundamental incompleto, circunstâncias estas que levaram o Ministério Público Militar (MPM) a requerer o arquivamento dos autos com relação a este responsável, por considerar que ele não tinha condições de avaliar o que estava sendo engendrado, ou seja, não tinha potencial consciência das ilicitudes perpetradas pelos denunciados no âmbito da Ação Penal Militar 0000196-80.2010.7.01.0201.

A unidade instrutiva, diante da apuração dos dados levantados nos autos, considerou que o responsável não agiu de má fé e que foi usado como "laranja" para a abertura das firmas, razão pela qual não lhe deve ser imputado débito.

d. Antônio da Cruz Fonseca (CPF 099.460.557-91), sócio de empresas

Apesar de o responsável não ter apresentado alegações de defesa, a unidade técnica, em consulta ao Sistema CNPJ, verificou que ele somente passou a integrar o quadro societário das empresas Works & Service e New World a partir de 13/7/2006, ou seja, posteriormente ao período em que foram efetuados os pagamentos irregulares a ele atribuídos, razão pela qual a unidade técnica propõe que não lhe seja imputado débito.

e. Célia Lourenço da Silva (CPF 081.862.147-80), sócia de empresas

Apesar de a responsável não ter apresentado alegações de defesa, a unidade técnica considerou elementos nos autos que podem ser aproveitados a seu favor e permitem elidir sua responsabilidade. Os depoimentos dessa arrolada, prestados no âmbito do IPM (peça 19, p. 33-34) e à Justiça Militar (peça 662, p. 50-51), registram que ela não tinha conhecimento das irregularidades, nunca trabalhou nas empresas fraudulentas e não recebeu recursos delas, aduzindo que assinou o contrato social da JLG Engenharia a pedido de seu filho, Sr. Willian Lourenço da Silva, imaginando tratar-se de assunto referente à sua aposentadoria. Declarou também, em tais depoimentos, que não reconhece as assinaturas constantes nos documentos que integram os processos licitatórios, que desconhece todos os militares envolvidos nas fraudes, que é dona de casa, possuindo apenas o primeiro ano do ensino fundamental.

A unidade instrutiva, diante da apuração dos dados levantados nos autos, considerou que a responsável não agiu de má fé e que foi usada como "laranja" para a abertura das firmas, razão pela qual não lhe deve ser imputado débito.

f. Davi Azevedo Santos (CPF 092.515.817-89), membro da Comissão Permanente de Licitação

Apesar de o responsável não ter apresentado alegações de defesa, a unidade técnica considerou elementos nos autos que podem ser aproveitados a seu favor e permitem elidir sua responsabilidade. Esse responsável não foi denunciado no âmbito do Ação Penal Militar 0000196-80.2010.7.01.0201, uma vez que o MPM considerou que ele não participou dolosamente da empreitada criminosa, razão pela qual

requisitou o arquivamento dos autos em relação ao responsável (peça 635, p. 36-43), o que foi acatado pelo juízo competente (peça 635, p. 46-48).

A unidade técnica considerou não ser razoável a suposição, sem que haja outros indícios além da mera ocupação desse encargo e da execução das atividades que lhe são próprias, que todos os ocupantes das comissões de licitação constituídas à época das irregularidades tenham, sucessivamente, feito parte do grupo que se beneficiava das fraudes perpetradas. A SecexDefesa registra, ainda, a ausência de indícios de locupletamento envolvendo esse responsável.

g. Edilânia Fonseca Froufê (CPF 023.872.697-56), sócia de empresas

Conforme apurado pela unidade técnica no âmbito da TCE, em consulta ao Sistema CNPJ, a responsável figurou como sócia da empresa Works & Service entre 1º/6/2005 e 17/6/2005 e da empresa New World entre 11/5/2005 e 17/6/2005, ou seja, posteriormente à data dos pagamentos irregulares a ela atribuídos. Por esse motivo, a unidade técnica acatou as alegações de defesa dessa responsável.

h. Euza Silveira da Fonseca (CPF 104.627.647-61), sócia de empresas

Conforme apurado pela unidade técnica no âmbito da TCE, apesar de a responsável não ter apresentado alegações de defesa, em consulta ao Sistema CNPJ, verifica-se que ela somente passou a integrar o quadro societário da empresa 1214 GNBR a partir de 12/3/2008, ou seja, posteriormente ao período em que foram efetuados os pagamentos irregulares a ela atribuídos, razão pela qual a unidade técnica não lhe propõe a imputação de débito.

i. Fabio Marcelo de Rezende Duarte (CPF 565.497.687-72), - Diretor do Departamento de Outorgas do Ministério dos Transportes

A unidade técnica, consoante registrado no parágrafo 192 da instrução, concorda com o argumento do defendente no sentido de que não se observou propriamente uma ordem, supostamente exarada no âmbito do Ofício 033-DEOUT/SPNT/MT (peça 424, p. 2-6), para que fosse promovida a alteração do objeto do Convênio DNIT PP/190/2003, uma vez que em tal documento consta mera solicitação do responsável para que o DNIT formalizasse a modificação que estava sendo proposta, pleito esse que foi posteriormente endossado pelo Coordenador-Geral dos convênios DNIT/IME, consoante Ofício 015/CDI (peça 423, p. 15-17), e, adiante, indeferido pelo concedente (peça 225, p. 38-52).

j. Gleice Regina Balbino de Almeida (CPF 119.932.427-24), sócia de empresas

Apesar de o responsável não ter apresentado alegações de defesa, a unidade técnica considerou elementos nos autos que podem ser aproveitados a seu favor e permitem elidir sua responsabilidade. Seus depoimentos prestados no âmbito do IPM (peça 19, p. 9-11) e à Justiça Militar (peça 662, p. 52, e peça 663, p. 1) registram que a responsável não tinha conhecimento das irregularidades, que nunca trabalhou nas empresas fraudulentas e que não recebeu recursos delas, aduzindo que seu único ato foi ter assinado papéis em confiança e a pedido do Sr. Justiniano Carneiro Martins, que era seu padrastrô.

Consta, ainda, em tais depoimentos, que ela não reconhece as assinaturas constantes nos documentos que integram os processos licitatórios, que esteve no IME apenas uma única vez acompanhando o Sr. Justiniano, não sabendo o que o teria levado até lá, que desconhece todos os militares envolvidos nas fraudes e que é professora formada em pedagogia.

A unidade instrutiva, diante da apuração dos dados levantados nos autos, considerou que a responsável não agiu de má fé e que foi usada como "laranja" para a abertura das firmas, razão pela qual não lhe deve ser imputado débito.

k. Henrique Bittencourt Lousa (CPF 073.615.987-81), sócio das empresas

Em consulta ao Sistema CNPJ, a unidade técnica verifico que o responsável figurou como sócio da empresa Enrilan somente a partir de 5/5/2005, ou seja, posteriormente à data em que houve os pagamentos irregulares a ele atribuídos, razão pela qual a unidade técnica não lhe propõe a imputação de débito.

l. Juarez Gomes de Matos Bastos (CPF 230.430.323-49), Presidente da Comissão Permanente de Licitação

A unidade técnica considerou o fato do defêdente não ter figurado o polo passivo da Ação Penal Militar 0000196-80.2010.7.01.0201 e que inexistem documentos nos autos contendo a assinatura do responsável em virtude de atos praticados no exercício da função de Presidente da CPL, o que evidencia que não tinha conhecimento dos processos licitatórios que eram conduzidos nem participou das ilegalidades.

m. Lizaura Honorato Balbino (CPF 953.803.967-04), sócia de empresas

Conforme apurado pela SecexDefesa, a responsável era casada com o Sr. Justiniano Carneiro Martins, contador das empresas fraudulentas que havia sido indiciado pelo MPM no âmbito da Ação Penal Militar 0000196-80.2010.7.01.0201, mas que teve sua punibilidade extinta devido ao seu falecimento. O próprio MPM propôs o arquivamento dos referidos autos em relação à defêdente e a outros responsáveis (peça 635, p. 36-43), o que foi acatado pelo juízo competente (peça 635, p. 46-48).

Além disso, a responsável figurou como sócia das empresas Works & Service e New World apenas a partir de 7/5/2008, ou seja, posteriormente ao período em que foram detectadas as irregularidades, razões pelas quais devem ser acatadas suas alegações de defesa.

n. Wilson Agostinho da Silva (CPF 403.338.337-91), sócio de empresas

Apesar de o responsável não ter apresentado alegações de defesa, a unidade técnica considerou elementos nos autos que podem ser aproveitados a seu favor e permitem elidir sua responsabilidade.

Seus depoimentos prestados no âmbito do IPM (peça 19, p. 38-39) e à Justiça Militar (peça 662, p. 16-17) registram que o responsável não tinha conhecimento das irregularidades, que nunca trabalhou nas empresas fraudulentas e que não recebeu recursos delas, aduzindo que assinava documentos a pedido de seu filho, Sr. Willian Lourenço da Silva.

Consta, ainda, em tais depoimentos, que desconhece todos os militares envolvidos nas fraudes, que nunca esteve no IME, que trabalhava como pedreiro e que possui a quinta série do ensino fundamental.

A unidade instrutiva, diante da apuração dos dados levantados nos autos, considerou que a responsável não agiu de má fé e que foi usada como "laranja" para a abertura das firmas, razão pela qual não lhe deve ser imputado débito.

o. Willian Lourenço da Silva (CPF 025.339.237-37), sócio de empresas

Apesar de o responsável não ter apresentado alegações de defesa, em consulta ao Sistema CNPJ, a unidade técnica verificou que ele somente passou a integrar o quadro societário das empresas Works & Service e Enrilan, respectivamente, a partir de 17/6/2006 e de 5/5/2005, ou seja, posteriormente ao período em que foram efetuados os pagamentos irregulares a ele atribuídos, razão pela qual não lhe deve ser imputado débito.

III

Assim, em face do que restou apurado nos autos, manifesta-se o Ministério Público de Contas de acordo com o encaminhamento da SecexDefesa:

“a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso “c”, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas do(a)s Sr(a)s. Claudio Vinicius Costa Rodrigues, CPF 808.820.997-87, Ordenador de Despesas do IME, Edson Lousa Filho, CPF 390.008.777-68, empresário, Marcelo Cavalheiro, CPF 009.050.477-10, empresário, Marcio Vancler Augusto Geraldo, CPF 020.896.637-40, Membro da Comissão Permanente de Licitação e Encarregado do Setor de Material, Marivone Oliveira dos Santos, CPF 032.786.387-00, empresária, Mônica Ferreira Marques, CPF 021.427.047-51, empresária, Paulo Roberto Dias Morales, CPF 318.613.187-15, Coordenador Geral dos convênios DNIT-IME, e Washington Luiz de Paula, CPF 005.627.127-12, Coordenador Administrativo dos convênios DNIT-IME, e da Fundação Ricardo Franco, CNPJ 02.519.717/0001-70, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

a.1) responsáveis solidários pelos débitos abaixo: Sr. Paulo Roberto Dias Morales, CPF 318.613.187-15, Sr. Washington Luiz de Paula, CPF 005.627.127-12, Sr. Claudio Vinicius Costa Rodrigues, CPF 808.820.997-87, e Sr. Márcio Vancler Augusto Geraldo, CPF 020.896.637-40;

CONVITE	VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
47/2004	30.600,00	12/11/2004
47/2004	13.000,00	29/11/2004
47/2004	7.000,00	30/11/2004
47/2004	12.800,00	30/11/2004
47/2004	8.755,95	12/11/2004
47/2004	4.527,50	30/11/2004
48/2004	74.274,94	12/11/2004
50/2004	67.034,80	12/11/2004
54/2004	64.000,00	29/11/2004
54/2004	8.500,00	9/11/2004
55/2004	52.724,00	12/11/2004
55/2004	10.536,50	29/11/2004
55/2004	1.883,00	28/12/2004
56/2004	57.431,50	12/11/2004
56/2004	13.181,00	10/12/2004
60/2004	58.500,00	5/11/2004
60/2004	14.250,00	9/11/2004
61/2004	59.000,00	5/11/2004
61/2004	14.000,00	9/11/2004
62/2004	57.500,00	5/11/2004
62/2004	12.500,00	9/11/2004

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

65/2004	39.072,25	12/11/2004
65/2004	7.532,00	29/11/2004
66/2004	37.900,00	12/11/2004
66/2004	8.000,00	29/11/2004
68/2004	58.000,00	1/12/2004
68/2004	15.000,00	22/12/2004
71/2004	53.800,00	28/12/2004
71/2004	13.450,00	28/12/2004
72/2004	49.000,00	1/12/2004
72/2004	5.000,00	20/12/2004
72/2004	11.000,00	22/12/2004
73/2004	57.000,00	30/11/2004
73/2004	15.000,00	30/11/2004
73/2004	8.000,00	1/12/2004
75/2004	69.800,00	1/12/2004
75/2004	9.772,00	1/12/2004

Valor atualizado com juros até 22/9/2017: R\$ 4.338.852,08

a.2) responsáveis solidários pelo débito abaixo: Sr. Paulo Roberto Dias Morales, CPF 318.613.187-15, Sr. Washington Luiz de Paula, CPF 005.627.127-12, Sr. Claudio Vinicius Costa Rodrigues, CPF 808.820.997-87, Sr. Márcio Vancler Augusto Geraldo, CPF 020.896.637-40, Sr. Edson Lousa Filho, CPF 390.008.777-68, e Sr. Marcelo Cavaleiro, CPF 009.050.477-10;

CONVITE	VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
78/2004	64.022,00	10/12/2004

Valor atualizado com juros até 22/9/2017: R\$ 250.494,13

a.3) responsáveis solidários pelos débitos abaixo: Sr. Paulo Roberto Dias Morales, CPF 318.613.187-15, Sr. Washington Luiz de Paula, CPF 005.627.127-12, Sr. Claudio Vinicius Costa Rodrigues, CPF 808.820.997-87, Sr. Márcio Vancler Augusto Geraldo, CPF 020.896.637-40, Sra. Marivone Oliveira dos Santos, CPF 032.786.387-0, e Sra. Mônica Ferreira Marques, CPF 021.427.047-51;

CONVITE	VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
49/2004	53.800,00	12/11/2004
49/2004	12.000,00	29/11/2004
57/2004	23.900,00	9/11/2004
57/2004	7.343,70	12/11/2004
57/2004	15.628,90	12/11/2004
57/2004	22.000,00	12/11/2004
58/2004	52.000,00	12/11/2004

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

58/2004	15.500,00	29/11/2004
59/2004	51.000,00	12/11/2004
59/2004	13.020,00	29/11/2004
63/2004	56.000,00	9/11/2004
63/2004	13.000,00	29/11/2004
64/2004	52.000,00	12/11/2004
64/2004	13.000,00	29/11/2004
70/2004	50.980,00	28/12/2004
70/2004	12.745,00	28/12/2004
76/2004	59.000,00	30/11/2004
76/2004	13.000,00	30/11/2004
76/2004	7.100,00	1/12/2004
77/2004	58.000,00	30/11/2004
77/2004	14.000,00	30/11/2004
77/2004	10.335,00	1/12/2004

Valor atualizado com juros até 22/9/2017: R\$ 2.472.626,48

a.4) responsáveis solidários pelos débitos abaixo: Sr. Paulo Roberto Dias Morales, CPF 318.613.187-15, e Fundação Ricardo Franco, CNPJ 02.519.717/0001-70;

CONTRATO	VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
4/2003	353.680,99	29/3/2004
4/2003	535.000,00	18/10/2004
4/2003	688.130,00	28/12/2004

Valor atualizado com juros até 22/9/2017: R\$ 6.355.877,50

b) determinar ao Comando do Exército, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, que, caso não atendidas as notificações, efetue o desconto das dívidas na remuneração dos militares condenados nestes autos, na forma estabelecida pela legislação pertinente;

c) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas dos demais responsáveis, bem como dos militares condenados na hipótese de a medida proposta no item anterior se mostrar ineficaz para a quitação dos débitos;

d) solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, a adoção das medidas necessárias ao arresto dos bens da Fundação Ricardo Franco (CNPJ 02.519.717/0001-70), com base no art. 61 da Lei 8.443/1992 e no art. 275 do Regimento Interno do TCU, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do recolhimento das dívidas, devendo este Tribunal ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e à sua restituição;

e) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Geral de Justiça Militar, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, ao Juiz-Auditor da 2ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, ao Comando do Exército, ao Instituto Militar de Engenharia, ao Departamento de Engenharia e Construção

do Exército e ao Centro de Controle Interno do Exército, para adoção das medidas que entenderem cabíveis;

f) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares as contas do(a)s Sr(a)s. Adriana Castro Campos (CPF 010.330.577-70), Alfredo Balbino (CPF 501.312.737-87), Antonio Carlos Oliveira do Nascimento (CPF 330.191.697-04), Antônio da Cruz Fonseca (CPF 099.460.557-91), Célia Lourenço da Silva (CPF 081.862.147-80), Davi Azevedo Santos (CPF 092.515.817-89), Edilânia Fonseca Froufe (CPF 023.872.697-56), Euza Silveira da Fonseca (CPF 104.627.647-61), Fabio Marcelo de Rezende Duarte (CPF 565.497.687-72), Gleice Regina Balbino de Almeida (CPF 119.932.427-24), Henrique Bittencourt Lousa (CPF 073.615.987-81), Juarez Gomes de Matos Bastos (CPF 230.430.323-49), Lizaura Honorato Balbino (CPF 953.803.967-04), Uilson Agostinho da Silva (CPF 403.338.337-91) e Willian Lourenço da Silva (CPF 025.339.237-37), dando-se-lhes quitação plena.”

Brasília, 29 de novembro de 2017.

Júlio Marcelo de Oliveira

Procurador